

ÍNDICE GERAL

DIREITO ADMINISTRATIVO DA ÁGUA

JOANA MENDES

1. Enquadramento histórico e conceptual	12
1.1. Os três períodos fundamentais na evolução do direito português	12
1.2. Conceitos e instrumentos fundamentais do direito da água	17
2. Enquadramento comunitário	20
2.3. A primeira e a segunda geração de directivas	21
2.3.1. Primeira geração, novas directivas e efeito directo	21
2.3.2. Segunda geração: o anúncio de uma mudança de paradigma	24
2.4. A Directiva Quadro da Água	25
2.4.1. Um novo paradigma do direito da água	25
2.4.2. A Estratégia Comum de Implementação da Directiva	30
3. A Lei da Água	34
3.1. Domínio público	37
3.2. Organização administrativa.....	44
3.2.1. Entre a Directiva Quadro e a tradição do direito português.....	44
3.2.2. O quadro actual	49
3.3. Planeamento	71
3.3.1. A importância do planeamento hídrico, o planeamento no direito português e as indicações da Directiva	71
3.3.2. O regime jurídico da Lei da Água	78
3.3.3. Participação no planeamento	94
3.4. Utilização dos recursos hídricos	101
3.4.1. Um regime jurídico condicionado pela protecção ambiental.....	101
3.4.2. Os diferentes títulos de utilização.....	108
3.4.3. A transacção de títulos de água e a possibilidade de mercados de água	112
3.4.4. O sistema de informação dos títulos de utilização	114
3.4.5. Fiscalização.....	114
3.5. Regime económico e financeiro.....	117
3.5.1. Taxa de recursos hídricos	120
3.5.2. Tarifas de serviços públicos	126
3.5.3. Contratos-programa	127
4. Conclusões	127
Bibliografia	133

DIREITO DO NOTARIADO

JOSÉ ALBERTO VIEIRA

PARTE I

Notariado e sistemas jurídicos nacionais. O notariado latino

1. O notariado nos sistemas jurídicos da família romano-germânica e de Common Law	135
2. O notariado latino	136
3. O notariado português antes e depois do Estatuto do Notariado	137
4. O Direito Notarial. Uma parte do Direito Administrativo ou um ramo autónomo do Direito?.....	137
5. Direito do Notariado: Direito público ou Direito privado?	139

PARTE II

O notário: Entre o oficial público e o profissional liberal

6. O notário e o exercício da função notarial por terceiros	143
7. O notário como oficial público. Significado	145
8. O notário como profissional liberal	148

PARTE III

Instrumentalidade e fé pública notarial

9. A dupla vertente da função notarial	149
10. A fé pública notarial	150
11. Intervenção notarial, legalidade e validade do acto jurídico	151

PARTE IV

Princípios do direito notarial

12. O princípio da legalidade	153
13. O princípio da autonomia	157
14. O princípio da imparcialidade.....	157
15. O princípio da exclusividade	158
16. Princípio da livre escolha.....	159
17. O princípio da responsabilidade do notário	159

PARTE V

A função notarial

18. Caracterização da função notarial.....	163
--	-----

Índice geral	513
--------------	-----

19. A fé pública.....	166
20. Requisitos de acesso e de exercício da função notarial.....	168
21. Deveres gerais dos notários	169
22. Fiscalização do notário	173
23. Disciplina	173

PARTE VI

O acto notarial em geral

24. Noção de acto notarial	177
25. Acto notarial e acto jurídico. Distinção necessária	178
26. A competência do notário	179
27. Impedimentos do notário	180
28. Requisitos gerais do instrumento notarial.....	181
29. Requisitos especiais	184
30. Intervenientes nos actos notariais	185
31. Nulidade do acto notarial	187
32. Efeitos da nulidade do acto notarial	190
33. Sanação da nulidade de acto notarial.....	190
34. Revalidação do acto notarial. Os actos notariais que podem ser objecto de revalidação	192
35. O processo de revalidação	193

PARTE VII

Os actos notariais em especial

SECÇÃO I

As escrituras

36. Observações gerais.....	197
37. As escrituras em geral.....	197
38. As escrituras especiais	198
39. As escrituras de habilitação notarial	199
40. As escrituras de justificação notarial	201
41. Extinção da responsabilidade de dívidas por emissão de títulos.....	210

SECÇÃO II

Os instrumentos avulsos

42. Instrumentos públicos avulsos. Observações gerais.....	210
43. Aprovação de testamentos cerrados.....	211
44. Depósito de testamentos	212

45. Abertura de testamentos cerrados e testamentos internacionais.....	213
46. Procurações, substabelecimentos e prestação de consentimento conjugal.....	214
47. Protestos	215
48. Averbamentos	216
49. Registos	217
50. Autenticação de documentos particulares.....	217
51. Reconhecimentos	218
52. Cerificações, certidões e documentos análogos.....	219
53. Traduções	222

PARTE VIII

A recusa da prática de actos notariais pelo notário e o recurso da decisão do notário

SECÇÃO I

A recusa de práticas de actos notariais

54. Recusa da prática de acto notarial e o princípio da legalidade	223
55. Recusa de prática de actos jurídicos nulos	224
56. Outros fundamentos de recusa de outorga de actos notariais além da nulidade ..	224
57. Outorga pelo notário de actos jurídicos anuláveis e ineficazes em sentido restrito	225

SECÇÃO II

Do recurso da recusa de actos pelo notário

58. Generalidades	226
59. Legitimidade para recorrer.....	226
60. O recurso hierárquico.....	227
61. O recurso judicial	228

PARTE IX

Acesso e cessação da actividade do notário

SECÇÃO I

O acesso ao notariado

62. A qualificação para o acesso ao notariado	231
63. O estágio profissional do candidato a notário	233
64. O concurso para o acesso.....	233
65. Atribuição do título de notário.....	233
66. Concurso de licenciamento	236
67. Bolsa de notários.....	237
68. A tomada de posse do notário.....	237

Índice geral	515
--------------	-----

SECÇÃO II
A cessação da actividade do notário

69. Factos que causam a cessação da actividade do notário	238
70. Efeitos da cessação da actividade do notário	240

PARTE X
O conselho do notariado

71. A criação do Conselho do Notariado	243
72. A competência do Conselho do Notariado	243
73. Funcionamento do Conselho do Notariado	244

PARTE XI
Fiscalização e disciplina da actividade notarial

SECÇÃO I

74. A origem do poder de fiscalização do Estado sobre os notários	245
75. A competência no âmbito da fiscalização dos notários	246
76. As inspecções aos notários. Termos em que podem ser feitas	246

SECÇÃO II
O poder disciplinar sobre os notários

77. A tutela disciplinar do Estado sobre os notários	247
78. Um poder disciplinar parcialmente concorrente	248
79. Os órgãos do poder disciplinar	249
80. O poder disciplinar e a função notarial	250
Bibliografia	253

DIREITO ADMINISTRATIVO DA CULTURA
JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS

1. Introdução	255
1.1. Considerações gerais	255
1.2. O Direito Administrativo da Cultura	256
2. Evolução do regime jurídico	261
2.1. Razão de Ordem	261
2.2. Manifestações esparsas de índole cultural	262

2.3. A estruturação pública das iniciativas culturais	264
2.4. A autonomização da política cultural	269
2.5. O Ministério da Cultura	273
2.6. A Reestruturação da Administração	277
3. O Ministério: Os serviços auxiliares do gabinete ministerial	281
3.1. A Secretaria Geral	281
3.2. A Inspeção Geral	282
3.3. O Gabinete de Planeamento e Relações Internacionais	284
4. As áreas culturais	286
4.1. Razão de Ordem	286
4.2. O Teatro, o Bailado e a Música	287
4.2.1. Aspectos gerais	287
4.2.2. O Teatro Nacional de São Carlos	287
4.2.3. A Companhia Nacional de Bailado	296
4.2.4. A Orquestra Nacional do Porto	300
4.2.5. O Teatro Nacional D. Maria II	301
4.2.6. O Teatro Nacional de São João	309
4.3. As Artes	311
4.3.1. Razão de Ordem	311
4.3.2. A Arte Contemporânea	312
4.3.3. A Fotografia	313
4.3.4. As Artes do Espectáculo	314
4.3.5. Os Direitos de Autor	317
4.4. Cinema	320
4.4.1. Razão de Ordem	320
4.4.2. O Instituto do Cinema	320
4.4.3. A Cinemateca	323
4.5. Os Arquivos	325
4.6. O Livro e a Biblioteca	327
4.6.1. Razão de Ordem	327
4.6.2. A Biblioteca	328
4.6.3. O Livro	330
4.7. O Património	332
4.7.1. Razão de Ordem	332
4.7.2. O Património Cultural	332
4.7.3. O Património Arqueológico	338
4.8. Os Museus e o Restauro	339
4.8.1. Razão de Ordem	339
4.8.2. O Instituto dos Museus	340
4.8.3. O Restauro	343
5. As Academias e as Fundações	344
5.1. Razão de Ordem	344

5.2. As Academias	345
5.3. As Fundações	347
6. O Financiamento	350
6.1. Razão de Ordem	350
6.2. O Fundo de Fomento Cultural	351
6.3. O Programa Operacional da Cultura	353
6.4. Apoios ao Cinema	357
6.5. O Apoio às Artes do Espectáculo	365
6.6. Outros Apoios	369
7. Conclusões	371
Bibliografia	373

DIREITO ADMINISTRATIVO DOS SEGUROS

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA

1. A actividade seguradora e o direito administrativo dos seguros em Portugal: breve evolução histórica	375
2. As fontes de direito	376
2.1. As fontes jurídico-internacionais	376
2.2. As fontes jurídico-comunitárias	378
2.3. As fontes internas	383
2.3.1 Enquadramento jurídico-constitucional	383
2.3.2. As fontes infra-constitucionais	384
3. O âmbito do direito administrativo dos seguros	387
3.1. O âmbito subjectivo	387
3.1.1. A empresa de seguros	388
3.1.2. A empresa de resseguros	388
3.1.3. A entidade gestora de fundos de pensões	389
3.1.4. O mediador de seguros ou de resseguros	391
3.1.5. O tomador do seguro, o segurado, a pessoa segura e o beneficiário ...	392
3.2. O âmbito material	394
3.2.1. O acesso e o exercício da actividade seguradora	395
3.2.2. O acesso e o exercício da actividade resseguradora	397
3.2.3. O acesso e o exercício da actividade de gestão de fundos de pensões	398
3.2.4. O acesso e o exercício da actividade de mediação de seguros ou de resseguros	399
3.2.5. O contrato de seguro	400
3.2.6. A protecção do consumidor	401
4. Organização administrativa	402
4.1. A autoridade de supervisão: o Instituto de Seguros de Portugal	402

4.1.1. Natureza jurídica.....	402
4.1.2. Atribuições e competência.....	403
4.2. Os Fundos de Garantia	405
4.2.1. O Fundo de Garantia Automóvel	406
4.2.2. O Fundo de Acidentes de Trabalho.....	409
5. O regime jurídico da actividade seguradora	410
5.1. Acesso à actividade	410
5.1.1. Sociedades anónimas de seguros.....	412
5.1.2. Mútuas de seguros	421
5.1.3. Sucursais de empresas de seguros com sede fora do território da União Europeia	422
5.1.4. Sucursais de empresas de seguros com sede no território de outros Estados membros da União Europeia.....	428
5.1.5. Livre prestação de serviços em Portugal por empresas de seguros com sede no território de outros Estados membros	430
5.1.6. Estabelecimento no território de outros Estados membros de sucursais de empresas de seguros com sede em Portugal.....	431
5.1.7. Livre prestação de serviços no território de outros Estados membros por empresas de seguros com sede em Portugal	433
5.2. Garantias prudenciais: garantias financeiras e sistema de governo	434
5.2.1 Garantias financeiras	434
5.2.2 Sistema de governo.....	439
5.3. Contratos e tarifas	440
5.4. Conduta de mercado	441
5.5. Supervisão.....	444
5.6. Transferências de carteira	446
5.7. Endividamento	447
5.8. Ilícitos e sanções	448
6. O regime jurídico da actividade resseguradora	450
6.1. Regime geral	450
6.2. Especificidades de regime	451
7. O regime jurídico dos fundos de pensões	453
7.1. Acesso à constituição e gestão	453
7.2. Estruturas de governação	456
7.3. Regime prudencial	457
7.4. Supervisão.....	457
7.5. Ilícitos e sanções	459
8. O regime jurídico da mediação de seguros ou de resseguros.....	460
8.1. Acesso à actividade	461
8.2. Supervisão.....	464
8.3. Ilícitos e sanções	465

9. A administrativização do regime jurídico do contrato de seguro.....	466
9.1. O princípio da imperatividade	466
9.1.1. Disposições absolutamente imperativas.....	467
9.1.2. Disposições relativamente imperativas	473
9.2. Deveres de informação	486
10. As taxas a favor das entidades públicas no âmbito da organização administra- tiva em matéria de actividade seguradora.....	488
10.1. Taxas a cargo do tomador do seguro	492
10.2. Taxas a cargo da empresa de seguros	498
Bibliografia	503
Abreviaturas e siglas	507